



ATA DE REUNIÃO

1
2 Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sede da
3 autarquia RIOPRETOPREV, sito à Rua General Glicério, nº. 3553 (Centro), em cumprimento
4 ao que estabelece o Decreto Municipal nº 16.524, de 23 de outubro de 2012 e alterações, reuniu-
5 se o comitê de investimentos da RIOPRETOPREV, composto pelos *Membros*: Hélio Antunes
6 Rodrigues (coordenador), José dos Santos Filho e Mário José Piccarelli de Castro. Participou
7 também da reunião o Coordenador de Gestão de Custeio e Investimentos, Rubem Severian
8 Loureiro. A reunião teve como pauta: **I – Abertura dos Trabalhos; II – Recepção de**
9 **Instituições Financeiras; III – Votação da Ata da Reunião Anterior; IV – Deliberação**
10 **sobre credenciamentos solicitados (se houver); V – Avaliação da carteira de**
11 **investimentos no mês anterior; VI – Discussão e deliberações quanto aos novos**
12 **investimentos (se houver).** O coordenador do Comitê de Investimentos, Hélio Antunes
13 Rodrigues, dá abertura aos trabalhos. Em ato contínuo, os membros do comitê de investimentos
14 apreciam e aprovam a ata nº 19. Em seguida, os membros iniciam a análise da carteira de
15 investimentos da entidade, referente ao mês de janeiro de 2016, utilizando-se, para tanto, as
16 informações fornecidas pela Consultoria em Investimentos: **a) Cenários e Expectativas do**
17 **Mercado:** *“O FMI divulgou relatório sobre a economia mundial. Estima que ela vá evoluir 3,4% em 2016 e*
18 *3,6% em 2017. O Banco Central Europeu manteve a taxa básica de juros em 0,05% a.a., menor nível histórico.*
19 *O FMI projeta que os EUA vão crescer 2,6% em 2016 e 2017. Conforme divulgado, o PIB dos EUA cresceu*
20 *2,4% no ano de 2015. Após elevar os juros em 0,25 p.p em dezembro, o FED publicou a ata, dando a entender*
21 *que, com as turbulências globais, pode ser mais comedido em relação à novas elevações. Na China, o governo*
22 *informou que o crescimento em 2015 foi de 6,9%, portanto, ainda com tendência à desaceleração. Passou a*
23 *privilegiar o consumo interno, em detrimento da produção industrial para exportação. O Japão, às voltas com*
24 *baixo crescimento e baixa inflação e o fraco crescimento dos países emergentes, cortou inesperadamente a taxa de*
25 *juros que passou a ser negativa. Nos mercados de renda fixa e variável, após a elevação dos juros americanos,*
26 *verificou-se que os juros dos títulos públicos dos países desenvolvidos recuaram graças às turbulências na China e*
27 *expectativas de inflação muito baixa. Os títulos de 10 anos do governo americano, por exemplo, que rendiam*
28 *2,2% a.a no final de 2015, recuaram para 1,95% a.a. no final de janeiro. O desempenho das bolsas foi bem*
29 *desfavorável: a americana (S&P 500) recuou 5,7%, a alemã 8,8%, a inglesa 2,54%, a chinesa (SSE*
30 *Composite) 22,6% e a do Japão 7,96%. O desempenho das commodities também foi muito ruim, com o preço do*
31 *petróleo tendo caído abaixo de US\$ 30 o barril. E, com o fim das sanções contra o Irã, os preços podem cair ainda*
32 *mais. Para o FMI, o PIB do Brasil deverá cair 3,5% em 2016 e ficar estável em 2017. Ainda sem os dados de*
33 *dezembro, o Banco Central informou, através do IBC-Br que a economia recuou 3,9% de janeiro a novembro de*
34 *2015. A exceção foi o setor agrícola, que produziu safra recorde de 209,5 milhões de toneladas. Para tentar*
35 *reverter o quadro, o governo lançou, no final do mês, um plano para elevar o crédito em R\$ 83 bilhões, de forma a*
36 *beneficiar setores como o da habitação, agricultura, infraestrutura, exportação, pequenas e médias empresas, além*
37 *do consumidor. A renda média real do brasileiro teve uma queda de 3,7% em relação a 2014. O setor público*
38 *consolidado (governo central mais regionais mais estatais) registrou déficit primário de 1,88% do PIB em 2015,*
39 *frente a um déficit de 0,57% do PIB em 2014. No ano, as despesas com juros foram de R\$ 501,8 bilhões*
40 *(8,46% do PIB), enquanto o déficit nominal foi de R\$ 613 bilhões (10,34% do PIB). A dívida bruta do governo*
41 *geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R\$ 3,97 trilhões (66,2% do PIB), em*
42 *dezembro, 9 p.p de aumento em relação ao ano anterior. A arrecadação do governo federal teve queda real de*
43 *5,62% em 2015. O IPCA fechou o mês com uma variação de 1,27%, acelerando em relação a dezembro, quando*
44 *subiu 0,96%, fechando os doze últimos meses em alta de 10,71%. Os maiores aumentos de preços foram os dos*
45 *transportes, 1,77% e os dos alimentos, 2,28%. Na reunião de janeiro, o COPOM, contrariando*
46 *pronunciamentos recentes, decidiu manter a taxa Selic, em 14,25% a.a, com voto de dois diretores favoráveis a um*
47 *aumento de 0,5 p.p. A taxa de câmbio encerrou o mês cotada a R\$ 4,04, com valorização de 3,53% no mês e de*
48 *56,72% em doze meses. Com o real desvalorizado, a Balança Comercial, encerrou o ano com superávit de US\$*



19,69 bilhões, com a contribuição de uma significativa queda de 24,3% nas exportações. Nas transações correntes, registrou-se um déficit de US\$ 58,9 bilhões, sendo que em 2014 havia sido de US\$ 104,2 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED fecharam com saldo positivo de US\$ 75,1 bilhões. As reservas internacionais terminaram o ano em US\$ 368,7 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 337,7 bilhões. No mercado de Renda fixa, verificou-se que no mercado futuro de juros, houve grande volatilidade, principalmente das taxas mais curtas, em função da reversão das expectativas com o aumento da taxa Selic. Para as taxas mais longas o avanço acabou sendo maior do que as curtas. Assim, dos sub índices Anbima, o melhor desempenho no mês acabou sendo o do IRF-M 1+, com avanço de 3,79%, seguido do IDKA 2A (IPCA), 3,76%, do IMA-B 5, 2,97% e do IRF-M Total com 2,79%. O CDI variou 1,05%. Na renda Variável, janeiro foi um novo mês de queda do Ibovespa, refletindo o comportamento das bolsas no exterior e a fraqueza da atividade econômica no Brasil. A queda foi de 6,79% no mês, acumulando uma baixa de 15,28% em doze meses. As expectativas com que o mercado financeiro brasileiro trabalha não são animadoras. Efeitos externos contribuíram sobremaneira para a valorização do dólar no país, porém, os problemas locais ganham cada vez mais dimensão. A manutenção da taxa Selic, com a inflação em ascensão levou os investidores à percepção do abandono do combate à inflação, em benefício da atividade econômica. Mesmo assim, as previsões de queda do PIB não param de aumentar. As incertezas vividas pelos investidores se refletem na alta volatilidade dos preços dos ativos em nossos mercados. Para o investidor estrangeiro, com a atual taxa de câmbio, continuará havendo oportunidades tanto no segmento de renda fixa, com as nossas altas taxas de juros, como também no de renda variável. Para o investidor local, mesmo com a taxa Selic mantida, a inflação descontrolada pode provocar altas expressivas das taxas de juros futuras negociadas na BM&FBovespa, com forte impacto nos títulos prefixados, principalmente os de prazos mais longos. Para a bolsa o impacto também será negativo, com a ressalva de que, tendo em vista o longo prazo, boas oportunidades sempre surgirão. A Crédito & Mercado, para a renda fixa, recomenda exposição da carteira para os vértices de médio prazo (IMA-B 5 e IDKA IPCA 2A) em no máximo 30%. Recomenda também evitar estratégias com exposição para os vértices mais longos (IMA-B, IMA-B 5+, IDKA IPCA 20A e 30A). Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI ou IRF-M 1, que mesmo que tenham rendimento menor que a inflação, como ocorreu em janeiro, constituem alternativas mais defensivas em um cenário de juros de mercado crescentes. Na renda variável, recomenda exposição de no máximo 10%, já incluídas alocações em fundos imobiliários - FIIs e fundos em participação - FIPs, dado a falta de percepção de melhora nos fundamentos econômicos que justifiquem elevar ainda mais o risco da carteira”; b) **Diretrizes Estratégicas Estabelecidas pelo Comitê:** “O país iniciou 2016 envolvido em um cenário bastante desafiador. Tanto no plano político como no econômico. A crise política continua tendo um desfecho imprevisível. A recessão vem se aprofundando e a economia real parece ter muitas dificuldades para ser reativada. A troca do ministro da fazenda teve como resultado uma nova visão estratégica que coloca na pauta do governo a tomada de medidas para estimular o crescimento da economia. Estímulos ao crédito e, em consequência, incentivos à retomada dos investimentos, associados à iniciativas ligadas ao plano de concessões no setor de infraestrutura, na visão do governo, podem puxar o crescimento econômico e com ele a geração de empregos e renda. Se essas ações tiverem algum sucesso e a inflação começar a ceder, podemos ter uma melhora no plano interno. No plano externo, a situação não é muito animadora. Os mercados globais têm apresentado dificuldades crescentes para a retomada do crescimento. O que tem contribuído para piorar a situação dos países emergentes. Para o mercado financeiro, dada a alta volatilidade esperada, prevê-se aumentos dos riscos e retornos incertos. A alta do juro americano que se verificou no mês de dezembro-15, pode não ater a continuidade que era esperada, exatamente por causa da zona do euro, da China e dos próprios EUA que também enfrenta dificuldade para uma retomada equilibrada. As dificuldades já apontadas adiciona-se os cortes nas notas de rating do Brasil que produzem ainda mais volatilidade e incerteza. Esse quadro sugere aos gestores de recursos previdenciários uma atuação com redobrada cautela. Tendo em vista essa avaliação, o Comitê de Investimentos decidiu manter a estratégia mais defensiva colocada em prática na virada de 2015. Com isso, foram privilegiadas aplicações em produtos que tenham como benchmark indicadores alinhados com títulos de prazos mais curtos. Essa decisão se deu após a realização de análises técnicas envolvendo as atuais aplicações e outros produtos alternativos existentes. Sempre consultando a consultoria e trocando



97 informações com outros gestores de RPPS's do Estado de São Paulo com os quais temos mantido conversas diárias.
98 Em consequência dessa decisão, foi mantida maior exposição em fundos IDKA 2 e IMA B5 e a redução dos
99 fundos IMA B, IMA B5+. Se somados os valores aplicados nessa estratégia, com as aplicações em fundos DI e
100 IRF M1, mais conservadores, e com os valores alocados em fundos IPCA, chegamos a uma proporção muito
101 expressiva da carteira (81%). O contexto volátil, porém, exige que os gestores da Riopretoprev realizem
102 monitoramento constante a fim de detectar os movimentos do mercado, adotando estratégias diferentes da exposta
103 acima, se e quando o panorama político e econômico nacional e internacional sofrer inflexões que justifiquem tais
104 alterações. Em janeiro ficou a carteira com as seguintes posições: vértice longo (IMA B 5+ mais IDKA 20), com
105 1,38% do PL do instituto; todos os vértices (IMA B mais IMA GERAL), com 6,99% do PL; vértice curto
106 (IMA B5 mais IDKA 2 mais IPCA), com 62,05% do PL; conservadores (CDI mais IRF M1 mais IRF
107 M1+) 19,28% e finalmente RENDA VARLÁVEL, 10,31% do PL; **c) Limites (artigos, incisos e**
108 **alíneas da resolução 3992/2010):** Conforme relatório da Crédito & Mercado referente ao mês de janeiro-
109 2015, todos os fundos de nossa carteira estão totalmente enquadrados, sem ressalvas. Todos os limites da
110 Resolução 3922 estão sendo cumpridos ficando boa margem para que não ocorram desenquadramentos passivos.
111 Neste mês não houve nenhum caso de desenquadramento passivo. O maior percentual em relação ao PL de um
112 fundo é de 6,63% que ocorre com o Fundo BB SETOR FINANCEIRO FIC AÇÕES (limite é 25%, cf Art
113 14 da Res 3922), sendo que os dois seguintes, o 2º e o 3º maiores são: XP DIVIDENDOS FI AÇÕES com
114 6,11% do PL e BB ALOCAÇÃO FIC AÇÕES PREVID que tem 5,15% do PL. Por outro lado, o maior
115 percentual em relação ao PL da Riopretoprev é de 14,08% que ocorre com o Fundo CAIXA BRASIL IDKA
116 IPCA 2A TP FI RF LP (limite é 20%, cf Art 13 da Res 3922), sendo o 2º e o 3º os seguintes fundos:
117 BRADESCO PREMIUM FI REFER DI que tem 12,51% do PL e CAIXA BRASIL IMA B5 TP FI
118 RF LP que tem 12,46%. Segue abaixo descrição detalhada: **Renda Fixa:** Art 7º,I,b => % PL 61,79%
119 Limite 100%; Art 7º,III,a => % PL 9,49% Limite 80%; Art 7º,IV,a => % PL 17,41% Limite 30%;
120 Art 7º,VII,b => % PL 1,00% Limite 5%; TOTAL RENDA FIXA 89,69%, LIMITE 100%.
121 **Renda Variável:** Renda Variável: Art 8º,III => % PL 6,73% Limite 15%; Art 8º,IV => % PL
122 3,57% Limite 5%; TOTAL RENDA VARLÁVEL 10,31%, LIMITE 30%; **d) limites da política**
123 **de investimentos referente às instituições financeiras:** Nossos investimentos estão enquadrados na
124 Política de Investimentos no que se refere à concentração em duas instituições: BB e CAIXA somam mais de
125 50% dos recursos (BB com 21,33% e CAIXA com 51,61%); **e) Equilíbrio na distribuição dos**
126 **recursos entre instituições e benchmarks (diversificação):** “Bom equilíbrio entre instituições e
127 benchmarks, com boa diversificação de gestores e produtos e também de níveis de risco: (i) O Banco do Brasil tem
128 14 fundos (R\$ 51,19 milhões; ou 21,33% do PL), sendo 5 de renda variável (5 fundos bastante distintos em
129 termos de tipos de ativo e estratégias de alocação, com predominância de fundos do segmento financeiro) e 9 de renda
130 fixa (5 IPCA com carência até o vencimento dos títulos; 1 fundo DI; 1 IDKA 2; 1 IDKA 20; 1 IRF M1);
131 (ii) A Caixa tem 13 fundos (R\$ 123,32 milhões; ou 51,61% do PL) sendo 1 de renda variável (Multimercado)
132 e 12 de renda fixa (2 fundos DI; 4 IMAs, sendo 1 IMA B; 1 IMA B5; 1 IMA Geral; e 1 IMA B5+; 1
133 IRF M1+; 1 IPCA Cred Priv; 3 IPCA Tit Publ, (estes 3 últimos com carência até o vencimento dos títulos,
134 com vencimento único para 2016, 2016 e 2024, respectivamente); e 1 IDKA IPCA 2A; (iii) O Bradesco tem 2
135 fundos (R\$ 39,76 milhões; ou 16,24% do PL), sendo ambos de renda fixa (1 fundo DI; e 1 IRF M1); (iv) A
136 Geração Futuro tem 4 fundos (R\$ 5,67 milhões; ou 2,317% do PL), 3 de renda variável e 1 de renda fixa,
137 sendo 1 de Ações Dividendos; 2 de Ações Livres e 1 IMA B; (v) A XP Investor tem 2 fundos (R\$ 2,24
138 milhões; ou 0,92% do PL), ambos de renda variável, sendo 1 de Ações Dividendos; e 1 de Ações Livres; (vi) O
139 Banco Safra tem 2 fundos (R\$ 5,51 milhões; ou 2,25% do PL), sendo 1 IRF M1 e 1 IMA B (este com
140 estratégia diferenciada dos outros IMA B, pois aproxima os resultados aos fundos IMA B5); (vii) O Santander
141 (R\$ 6,01 milhões; ou 2,46% do PL, 1 IMA B5); e (viii) A Western Asset (R\$ 7,04 milhões; ou 2,88% do
142 PL, 1 fundo Multimercado cuja estratégia obtém resultados com os contratos de juros futuros da BM&F e com a
143 trajetória de um dos índices da bolsa americana, o S&P 500).”; **f) Investimentos em Renda Fixa:** Neste
144 mês, 89,69% (R\$ 219,52 milhões) dos recursos ficaram em Renda Fixa. Dos 27 fundos de RF todos, com



145 exceção do BB PREV IDKA 20 TPFI, tiveram performance positiva. Os fundos mais conservadores (CDI;
146 IRF M1; IRF M1+) tiveram um desempenho entre 0,74% e 1,64%, ou seja, abaixo da meta atuarial, que neste
147 mês ficou em 1,74%. Os fundos de vértice curto: 2 fundos IDKA 2 (2,88%); e os 3 fundos IMA B5 (1,84%)
148 além dos fundos 9 IPCA's (1,75%) ficaram acima da meta atuarial, contribuindo para puxar para cima a
149 média do mês e ajudando para que o desempenho do segmento de RF ficasse em 110% da meta. Os fundos que
150 contemplam títulos de todos os vértices: 2 IMA B (1,02%); 1 IMA GERAL (1,96%), tiveram desempenho
151 diferenciado, com os IMA B ficando abaixo da meta e o IMA GERAL superando-a. Os fundos com títulos de
152 longo prazo: 1 IMA B5+ (0,61%); 1 IDKA 20 (-0,03%), que experimentaram grande volatilidade no mês de
153 janeiro, ficaram muito aquém da meta, puxando para baixo o rendimento do segmento de RF. Assim, o
154 fechamento do mês (1,92% na RF); (-4,56% na RV) e (1,21% no total da Carteira) acabou inferior à meta
155 (que registrou 1,74%). Vale lembrar que os fundos IPCA apresentam em seus extratos mensais as valorizações
156 ou desvalorizações (neste mês valorizações) nas condições de "marcação a mercado" e não a "marcação na curva"
157 que para o caso desses fundos específicos é o que vale para efeito do cumprimento da meta atuarial, pois que
158 somente serão resgatados no vencimento dos títulos, pagando o que foi acordado quando da compra dos fundos. No
159 conjunto os fundos de RF registraram uma valorização de R\$ 4.139,0 mil (1,92%); **g) investimentos no**
160 **segmento de renda variável:** No mês de janeiro, 10,31% (R\$ 25,22 milhões) dos recursos ficaram
161 aplicados em Renda Variável. O segmento teve desempenho muito negativo, porém com grandes contrastes, tendo
162 fundo de ações que registrou desvalorização de -7,02% (GERAÇÃO FUTURO SELEÇÃO) e fundo que
163 valorizou 0,70% (BB AÇÕES CIELO). O fundo Multimercado da Caixa (CAIXA BRASIL IPCA VIII
164 FIM) manteve o comportamento que tem tido há vários anos, sendo que seu histórico é condizente com o de um
165 fundo de renda fixa. O outro fundo multimercado (WESTERN ASSET US INDEX 500 FIM) fechou
166 muito negativo (-6,00%), dada a enorme volatilidade dos mercados globais. Os fundos de "ação única"
167 (SEGURIDADE e CIELO) registraram resultados muito distintos. O SEGURIDADE ficou negativo, com
168 -5,05% enquanto o CIELO ficou positivo, com 0,70%. O BB SETOR FINANCEIRO registrou baixa de -
169 4,10%. Porém todos ficaram acima do índice Ibovespa, que registrou -6,79%. Outros fundos que fecharam muito
170 negativos, também com desempenho acima do Ibovespa foram: BB ALOCAÇÃO FIC PREV (-6,47%);
171 GERAÇÃO FUTURO DIVID (-5,82%); BB AÇÕES PIPE FIC (-3,38%). Os fundos GERAÇÃO
172 FUTURO SELEÇÃO (-7,02%) e GERAÇÃO FLA (-8,03%), ao contrário, além de negativos, fecharam o
173 mês abaixo do Ibovespa. A maioria dos fundos de RV, em janeiro contribuiu significativamente para puxar para
174 baixo os rendimentos, porém o Comitê continua mantendo essa pequena participação (10,31%) da RV na
175 carteira em virtude de acreditar que os fundos de ações que temos tem sólidos fundamentos para recuperar posições e
176 contribuir para o desempenho da carteira no longo prazo. Em comparação com a meta atuarial (1,74% no mes), o
177 segmento de RV registrou -262,2% da meta. Os fundos de renda variável, no conjunto, geraram um rendimento
178 negativo de R\$ -1.205,5 mil, que representa na média -4,56% de desvalorização dos ativos.; **h) principais**
179 **indicadores dos investimentos:** RENDIMENTO (em R\$ mil): R\$ 2.933,50; RENDIMENTO
180 (em %): 1,21%; META ATUARIAL (%): 1,74%; META GERENCIAL (IMA-B) (%): 1,91%;
181 CDI: 1,05%; IBOVESPA: -6,79%; IBX-50: -6,47%; IRF M1: 1,64%; RAZÃO: RENDIMENTO
182 FINANCEIRO x META ATUARIAL (%): NO MÊS: 69,54%; NOS ÚLTIMOS 3 MESES:
183 68,32%; NOS ÚLTIMOS 6 MESES: 45,61%; NOS ÚLTIMOS 12 MESES: 55,04%; DESDE O
184 INICIO ADM CARTEIRA: 53,53%. No mais, os membros analisaram os credenciamentos
185 enviados pelas instituições financeiras. **Gestores e Administradores credenciados:** PERFIN
186 ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA (04.232.804/0001-77). Instituição Financeira
187 constituída conforme CONTRATO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 16/01/2004.
188 Entidade autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO DE CARTEIRAS,
189 conforme ATO DECLARATÓRIO de nº 7627 expedido em 04/02/2004 pelo (a) CVM. Data
190 de Atualização: 15/01/2016; AZ LEGAN ADMINITRAÇÃO DE RECURSOS LTDA
191 (09.468.079/0001-54). Instituição Financeira constituída conforme CONTRATO SOCIAL, e
192 alterações posteriores, emitido em 12/08/2014. Entidade autorizada a exercer a atividade de



193 ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS, conforme ATO DECLARATÓRIO de nº 10015
194 expedido em 02/09/2008 pelo (a) CVM. Data de Atualização: 15/01/2016; J. MALUCELLI
195 DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA (76.621.457/0001-85)
196 Instituição Financeira constituída conforme CONTRATO SOCIAL, e alterações posteriores,
197 emitido em 29/02/1968. Entidade autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRADOR DE
198 CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS, conforme ATO DECLARATÓRIO de nº 3517
199 expedido em 04/08/1995 pelo (a) CVM. Data de Atualização: 15/01/2016; G F GESTÃO DE
200 RECURSOS S/A (09.630.188/0001-26) Instituição Financeira constituída conforme
201 CONTRATO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 30/06/2015. Entidade autorizada a
202 exercer a atividade de ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS, conforme ATO
203 DECLARATÓRIO de nº 6819 expedido em 19/11/2008 pelo (a) CVM. Data de Atualização:
204 15/01/2016; GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES SA. (27.652.684/0001-62).
205 Instituição Financeira constituída conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores,
206 emitido em 19/10/2009. Entidade autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRAÇÃO DE
207 CARTEIRAS, conforme ATO DECLARATÓRIO de nº 6819 expedido em 17/05/2002 pelo (a)
208 CVM. Data de Atualização: 15/01/2016; ITAÚ UNIBANCO S.A. (60.701.190/0001-04).
209 Instituição Financeira constituída conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores,
210 emitido em 31/03/2005. Entidade autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRAÇÃO DE
211 CARTEIRAS, conforme ATO DECLARATÓRIO de nº 990 expedido em 06/07/1989 pelo (a)
212 CVM. Data de Atualização: 15/01/2016; WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY
213 DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (07.437.241/0001-41)
214 Instituição Financeira constituída conforme CONTRATO SOCIAL, e alterações posteriores,
215 emitido em 17/07/2015. Entidade autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRADOR DE
216 CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS, conforme ATO DECLARATÓRIO de nº 8561
217 expedido em 22/11/2005 pelo (a) CVM. Data de Atualização: 15/01/2016; CAIXA
218 ECONOMICA FEDERAL (00.360.305/0001-04). Instituição Financeira constituída conforme
219 DECRETO-LEI Nº 759, e alterações posteriores, emitido em 12/08/1969. Entidade autorizada
220 a exercer a atividade de ADMINISTRADOR DE CARTEIRAS DE VALORES
221 MOBILIÁRIOS, conforme ATO DECLARATÓRIO de nº 3241 expedido em 04/01/1995 pelo
222 (a) CVM. Data de Atualização: 15/01/2016; BB GESTÃO DE RECURSOS -
223 DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (30.822.936/0001-69).
224 Instituição Financeira constituída conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores,
225 emitido em 15/05/1986. Entidade autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRACAO DE
226 CARTEIRAS, conforme ATO DECLARATÓRIO de nº 1481 expedido em 13/08/1990 pelo (a)
227 CVM. Data de Atualização: 15/01/2016; JSAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA.
228 (62.180.047/0001-31). Instituição Financeira constituída conforme CONTRATO SOCIAL, e
229 alterações posteriores, emitido em 01/08/2013. Entidade autorizada a exercer a atividade de
230 ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS, conforme ATO DECLATARIO de nº 11062 expedido
231 em 21/05/2010 pelo (a) CVM. Data de Atualização: 15/01/2016; BANCO SANTANDER
232 (BRASIL) S.A. (90.400.888/0001-42). Instituição Financeira constituída conforme ESTATUTO
233 SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 28/04/2004. Entidade autorizada a exercer a
234 atividade de ADMINISTRACAO DE CARTEIRAS, conforme ATO DECLARATÓRIO de nº
235 8951 expedido em 12/09/2006 pelo (a) CVM. Data de Atualização: 15/01/2016; SANTANDER
236 BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA (10.231.177/0001-52). Instituição Financeira
237 constituída conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 28/04/2004.
238 Entidade autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRACAO DE CARTEIRAS, conforme
239 ATO DECLARATÓRIO de nº 10161 expedido em 11/12/2008 pelo (a) CVM. Data de
240 Atualização: 15/01/2016; XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA (07.625.200/0001-89).

5




241 Instituição Financeira constituída conforme CONTRATO SOCIAL, e alterações posteriores,
242 emitido em 17/10/2014. Entidade autorizada a exercer a atividade de GESTAO, conforme ATO
243 DECLARATÓRIO de nº 8650 expedido em 03/02/2006 pelo (a) CVM. Data de Atualização:
244 15/01/2016; BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE
245 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁ (62.375.134/0001-44). Instituição Financeira constituída
246 conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 30/04/2014. Entidade
247 autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS, conforme ATO
248 DECLARATÓRIO de nº 2669 expedido em 18/01/1994 pelo (a) CVM. Data de Atualização:
249 16/01/2016; BANCO BRADESCO S.A. (60.746.948/0001-12). Instituição Financeira
250 constituída conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 10/03/2015.
251 Entidade autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRADOR/DISTRIBUIDOR, conforme
252 ATO DECLARATÓRIO de nº 1085 expedido em 30/08/1989 pelo (a) CVM. Data de
253 Atualização: 15/01/2016; JS ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S/A (43.826.833/0001-19).
254 Instituição Financeira constituída conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores,
255 emitido em 05/04/2011. Entidade autorizada a exercer a atividade de ADMINISTRACAO DE
256 CARTEIRAS, conforme ATO DECLARATÓRIO de nº 10112 expedido em 14/11/2008 pelo
257 (a) CVM. **Cadastramento de Distribuidores e Agentes Autônomos:** E-TERNUM
258 AGENTES AUTONOMOS DE INVESTIMENTOS LTDA (12.049.428/0001-08). Instituição
259 Financeira constituída conforme CONTRATO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em
260 03/05/2010. Entidade autorizada a exercer a atividade de ATIVDADE DE AGENTE
261 AUTONOMO DE INVESTIMENTO, conforme OFICIO CVM de nº 1696 expedido em
262 23/12/2010 pelo (a) CVM. Data de Atualização: 04/02/2016. Acerca da administradora
263 credenciada GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S/A, foram exigidos
264 documentação e formulários necessários ao seu credenciamento. Garantindo a transparência de
265 suas atividades, a empresa respondeu afirmativamente quando lhe foi questionada sobre o item
266 relativo “HISTÓRICO DA EMPRESA” do formulário de credenciamento, atestando a
267 existência de processos pela infringência de normas do Banco Central, tendo inclusive nos
268 informado os números dos processos. Todavia, este comitê, após a análise do conteúdo dos
269 julgamentos de tais processos e dos esclarecimentos da empresa, optou por bem credenciá-la.
270 Isso porque, em nenhum dos processos perante a CVM, foi discutida a responsabilidade da
271 empresa com relação à política/gestão de investimentos ou quaisquer irregularidades por má
272 gestão de recursos ou penalidades congêneres. Segue abaixo a síntese dos sobreditos processos:
273 *PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ 2007/2078 – de 03/02/2009:*
274 *Apurou responsabilidades pela divulgação de material publicitário de fundos de investimento em desacordo com os*
275 *arts. 75, 76, 77 e 79 da Instrução CVM nº 409/2004; PROCESSO ADMINISTRATIVO*
276 *SANCIONADOR CVM Nº RJ 2012/2338 – de 12/03/2013: Puniu com multas a não manutenção do*
277 *registro de cotista atualizado em infração ao art. 65, inciso I, “a” da Instrução CVM Nº. 409/04, e a cobrança*
278 *de taxa de administração em percentual elevado, que impedia que o Fundo alcançasse seu objetivo e acompanhar a*
279 *taxa básica da economia (o CDI), em infração ao Inciso XIII do artigo 652 e ao Inciso I, artigo 65-A, ambos da*
280 *Instrução CVM Nº 409/04; PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ*
281 *2013/1205 – de 01/07/2014 – PARECER DO COMITÉ DE TERMO DE COMPROMISSO*
282 *PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: Trata-se de termo de acordo/compromisso, com*
283 *pagamento de indenização, feito com cotistas no processo acima. No processo, foram apuradas irregularidades por*
284 *conta de ter a empresa introduzido mudanças na política em seu regulamento sem a realização prévia de assembleia*
285 *geral de cotistas. O Termo de Compromisso foi aceito e não houve condenação alguma. Pela análise dos*
286 *processos pelo comitê, verifica-se, inicialmente, que os mesmos foram deflagrados com base em*
287 *atos dos anos de 2007 a 2009, ocasião em que não tinha a Autarquia aplicações nos fundos*
288 *administrados pela Geração Futuro Corretora de Valores S/A. Não obstante, em nenhum dos*

6



289 dois casos em que foi condenada há ação dolosa no sentido de impor prejuízos aos investidores,
290 tanto que em um deles há a condenação por descumprimento de regras relativas à publicidade de
291 atos, algo não relacionado com a política de investimentos. Acrescente-se, ainda, que no caso da
292 cobrança de taxa de administração considerada abusiva pela CVM, os gestores ressarciram aos
293 cotistas os valores cobrados pela aplicação da taxa maior, calculados pela diferença entre a antiga
294 taxa (8%) e a nova (1%). Aliás, as taxas consideradas elevadas nunca foram cobradas desta
295 Autarquia, que credenciou a empresa quando já haviam sido regularizadas. Com relação aos
296 citados processos, a instituição financeira exerceu plenamente o direito de defesa e, ao final, além
297 de ser punida, juntamente com seus diretores pelas omissões cometidas, firmou com a CVM
298 termos de compromisso, que atenderam e resgataram a plena legalidade na atuação da instituição
299 e seus diretores. **Portanto, foram restabelecidas as condições dos agentes para sua atuação**
300 **como administradores de fundos de investimentos, o que levou este Comitê de**
301 **Investimentos a entender que, por terem sido as faltas sanadas e os processos extintos,**
302 **não houve motivação para desabonar ou descredenciar a Instituição.** Para constar, eu
303 Adriano Antonio Pazianoto, servidor designado para acompanhamento e registro dos trabalhos
304 do comitê de investimentos, _____, lavrei a presente ata, que depois de lida e
305 achada conforme, vai por mim assinada e por todos os presentes.
306


Hélio Antunes Rodrigues


Rubem Severian Loureiro

José dos Santos Filho


Mário José Piccarelli de Castro